



## **Movimentos de defesa da infância e a cobertura sobre educação pública. Um estudo empírico sobre a imprensa cearense<sup>1</sup>**

Lidia Soraya Barreto Marôpo<sup>2</sup>

Doutoranda na Universidade Nova de Lisboa

Professora da Universidade de Fortaleza e das Faculdades do Nordeste

### **Resumo**

A proposta deste trabalho é analisar empiricamente de que forma movimentos sociais conseguem influenciar os processos de agendamento e enquadramento da informação jornalística. Como objeto de estudo, elegemos os dois maiores jornais cearenses – O Povo e Diário do Nordeste – e os grupos organizados que defendem os direitos de crianças e adolescentes. A partir da análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, comparamos os fatores que interferiram nas escolhas e disputas de noticiabilidade dos dois veículos sobre educação pública, temática escolhida por aglutinar diversos setores da sociedade civil. O corpus inclui 147 itens publicados durante três anos e o nosso foco central é a visibilidade e influência da Comissão de Defesa do Direito à Educação como fonte de informação.

### **Palavras-Chave**

Movimentos sociais; mídia; infância; jornalismo; fontes de informação.

Mídia e movimentos sociais cultivam uma relação de interdependência, com muitos interesses em comum. Os grupos organizados sabem que os meios de comunicação são um campo privilegiado para conseguir visibilidade social para as suas questões e utilizam o agendamento mediático como estratégia. Por outro lado, “os media precisam se relacionar com a sociedade civil para garantir a sua legitimidade e a integridade da sua imagem e das relações sociais que fazem a profissão do jornalismo” (Hallin, 1985: 139).

No entanto, a relação media-movimentos sociais é permeada por conflitos. Constrangimentos organizacionais e rotinas de produção da notícia provocam uma supremacia da visão de fontes oficiais. Além disso, a cobertura jornalística impõe a sua linguagem aos discursos dos movimentos sociais. Para superar estes obstáculos, os grupos organizados, sob aconselhamento de especialistas, têm moldado os seus discursos e ações

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao NP Comunicação para a Cidadania, do VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

<sup>2</sup>Lidia Marôpo é jornalista e doutoranda em Ciências da Comunicação, variante Estudo dos Media e do Jornalismo, na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Mestre em Ciências da Comunicação pela UNL, é professora da Universidade de Fortaleza (Unifor) e das Faculdades do Nordeste (Fanor). Este artigo decorre da pesquisa que realizou no mestrado e no projeto *Crianças e Adolescentes em Notícia* (FCT-POCTI/COM/60020/2004), coordenado por Cristina Ponte. E-mail: lidiamaropo@hotmail.com



para conseguir determinados efeitos mediáticos. O fenômeno, chamado por diversos autores de “profissionalização das fontes”, torna os atores sociais mais aptos a exercer uma influência considerável sobre os media. Manuel Carlos Chaparro prefere usar o termo “revolução das fontes”. Para o pesquisador brasileiro (2003: 49), as fontes

“passaram a ser produtoras ostensivas dos conteúdos da atualidade – fatos, falas, saberes, produtos e serviços com atributos de notícia. Pensam, agem e dizem pelo que noticiam, exercitando aptidões que lhes garantem espaço próprio nos processos jornalísticos, nos quais agem como agentes geradores de notícias, reportagens, entrevistas e até artigos. Para isso, se capacitaram profissionalmente, apropriando-se das habilidades técnicas do jornalismo.”

Neste sentido, media e movimentos sociais devem ser analisados a partir das convências e conflitos que estabelecem entre si e que negam as teses de manipulação total por parte dos media. Como afirma Manning (2001), para que possamos compreender os meios de comunicação, tanto o modelo de uma estrutura de poder monolítica controlando de forma centralizada os media noticiosos, quanto as versões ingênuas de que há uma abertura pluralista na comunicação noticiosa devem ser superadas.

É verdade que as corporações capitalistas e os governos têm nítidas vantagens na influência que exercem sobre a agenda noticiosa e, conseqüentemente, têm também mais facilidades em impor os seus pontos de vista, mas grupos menos poderosos e politicamente marginais conseguem muitas vezes imprimir a sua marca neste campo. De que maneira e com que extensão conseguem fazer isso, defende Manning (2001), são questões a serem analisadas empiricamente.

Foi o que procuramos fazer neste trabalho. Ou seja, queremos perceber até que ponto os movimentos de defesa da infância cearenses conseguem ou não impor-se como fontes de informação credíveis, divulgando o seu discurso simbólico por meio dos media jornalísticos. Afinal, como afirma Santos (2003:18), “o que é notícia depende da fonte”. Partimos da análise do noticiário publicado nos dois maiores jornais do Ceará – O Povo e Diário do Nordeste – sobre educação, tema escolhido por aglutinar diversos setores da sociedade civil organizada na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Liderança entre os movimentos de defesa da infância cearenses, a organização não-governamental Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (Cedeca-Ceará) tem como estratégia a atuação em rede e procurou a articulação com outros atores sociais para criar a Comissão de Defesa do Direito à Educação, em 1997. Ongs, sindicatos de professores, universidades, comissões de educação das casas legislativas e Ministério Público, entre outras instituições, fazem parte desta articulação.

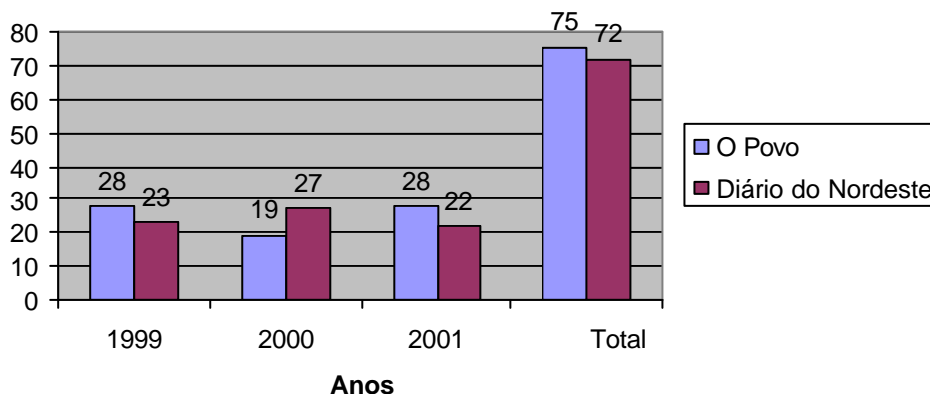
A presença e a influência desta articulação no discurso jornalístico é o foco central da nossa atenção. A partir da análise de conteúdo quantitativa e qualitativa, queremos perceber de que forma a referida Comissão é considerada como fonte de informação, de que maneira é apresentada a relação entre estes movimentos e as fontes do poder público, como as suas falas são incorporadas e influenciam o discurso noticioso e qual o destaque dado às suas vozes. Além disso, queremos comparar os fatores que interferiram nas escolhas e disputas de noticiabilidade dos dois veículos impressos. O corpus abrange um período de três anos, incluindo 147 peças, publicadas entre os meses de janeiro e abril, período em que a temática consegue maior evidência por ser a época de matrícula e início das aulas.

Neste corpus foram incluídas notícias, artigos, editoriais, cartas e demais gêneros jornalísticos divididos nos seguintes assuntos: dificuldades de acesso à escola (falta de vagas, crianças sem estudar, escola longe de casa e manifestações de pais e entidades por vagas próximas de casa), informações sobre matrícula e início do ano letivo (locais de matrícula, horários, documentos necessários, ofertas de vagas, datas), cobertura da matrícula e do início do ano letivo (acompanhamento do processo de matrícula e da volta às aulas), política pública (planejamento, diretrizes e ações governamentais, avaliações de especialistas e da sociedade civil sobre a mesma), condições de ensino (condições físicas das escolas, materiais disponíveis, contratos e regimes de trabalho dos professores, qualidade do ensino) e outros (questões que não se encaixam nos assuntos anteriores).

### **Análise de resultados – Educação (1999 a 2001)**

Como já afirmamos anteriormente, este estudo inventariou um total de 147 peças sobre educação escolar pública. Nos três anos analisados, a quantidade de itens sobre a temática sofreu pouca variação, com 51 peças em 1999, 46 em 2000 e 50 em 2001.

#### **Educação: Quantidade de Peças**



Embora os dois jornais apresentem números semelhantes - *O Povo* com 75 registros e o *Diário do Nordeste* com 72 -, podemos perceber diferenças significativas na quantidade de peças publicadas anualmente por cada um. Em 2000, por exemplo, o jornal *OP* obteve o menor índice do período analisado, com 19 peças, enquanto o *DN* atingiu o seu maior valor, com 27 itens. Este dado revela a adoção de critérios de noticiabilidade diferenciados pelos veículos, que muitas vezes apreendem, hierarquizam e tematizam os fatos de maneira diversa e até conflitantes. É o que veremos na análise a seguir.

### **Educação 1999: o drama da falta de vagas**

O campo jornalístico está mais virado para a cobertura de acontecimentos e não de problemáticas. Como afirma Traquina (2004: 111), os acontecimentos são concretos, delimitados no tempo, e mais facilmente observáveis. Além disso, encaixam-se perfeitamente nas perguntas do tradicional *lead* noticioso: Quem? O quê? Quando? Onde? Como? Porquê?

Em 1999, um acontecimento dominou a cobertura sobre educação escolar pública nos dois jornais analisados: os problemas gerados pela matrícula única<sup>3</sup> nas escolas municipais e estaduais de Fortaleza. A má organização do processo provocou grandes filas e tumultos, remetendo a um forte valor-notícia<sup>4</sup>: a *notabilidade*. Ou seja, a qualidade de ser visível, tangível (Traquina, 2004: 110). E os dois jornais destacaram a questão em títulos como *Tumulto marca 1º dia do cadastro na rede pública (OP, 05/01/1999)*, *Falta de informação revolta pais de alunos (OP, 10/02/1999)*, *Matrículas começam e pais temem faltar vagas (DN, 04/01/1999)* e *Começa drama por vagas na escola pública (DN, 05/01/1999)*. O uso de palavras como “tumulto”, “revolta”, “temem” e “drama” apelam para o valor-notícia da *dramatização*, reforçando o lado emocional e conflitual da questão (Traquina, 2004: 118).

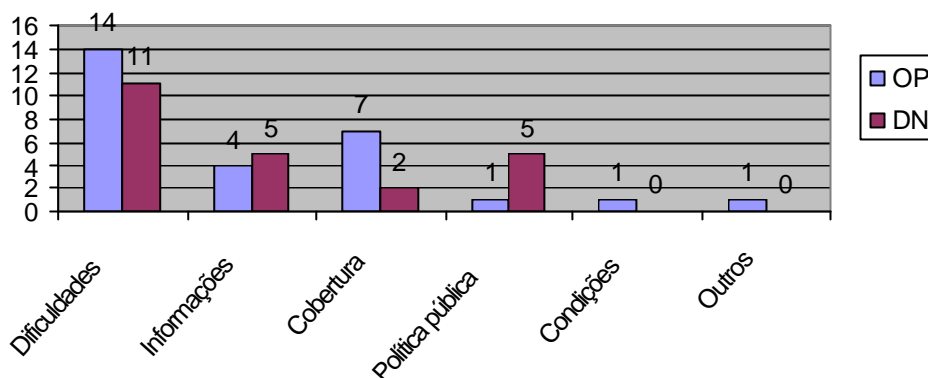
A partir destes critérios de noticiabilidade – *notabilidade* e *dramatização* – o assunto mais abordado em 1999 pelos dois jornais foi *dificuldades de acesso à escola*, com 25 itens (49%), sendo 14 no *OP* e 11 no *DN*. Somam-se a estes, outros 9 itens sobre *cobertura da matrícula e do início das aulas*, que muitas vezes também tratavam em segundo plano das dificuldades de acesso à educação pública.

---

<sup>3</sup> Na tentativa de evitar irregularidades na distribuição de vagas escolares, que muitas vezes eram objeto de barganha política com o eleitorado, a partir de 1998 estado e município centralizam as matrículas dos alunos.

<sup>4</sup> Podemos afirmar que os valores-notícia - orientados pela rotina organizacional das empresas jornalísticas, por valores profissionais dos jornalistas e por determinações culturais - funcionam como guia do modo como as peças jornalísticas são construídas e apresentadas. “Os critérios de noticiabilidade surgem como elementos estruturantes da prática jornalística que influenciam a escolha dos acontecimentos a que os media dão visibilidade, bem como o destaque e relevância com que os mesmo são tratados” (Penedo, 2003: 36).

### Educação 1999 Assuntos



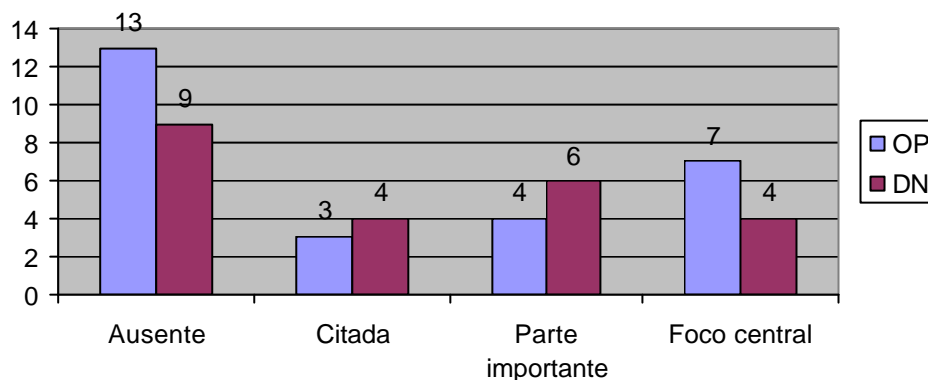
Além destas, outras 9 peças (17,65%) construídas essencialmente a partir de comunicados de imprensa divulgam datas, horários e locais, sendo classificadas em *informações sobre a matrícula*, 5 no *OP* e 4 no *DN*. O assunto *política pública* foi abordado em 1 item do *O Povo*, tratando de construção de escolas, e em 5 no *DN*, que em 3 notícias abordou questões como o convênio da prefeitura com escolas comunitárias e analisou as ações públicas na área educacional em 2 editoriais.

Detenhamo-nos mais detalhadamente nos assuntos *dificuldades de acesso à escola e cobertura da matrícula e do início das aulas*, que mobilizaram a sociedade civil e o poder público numa disputa pelo enquadramento do problema. Nas primeiras peças publicadas sobre a matrícula, a SCO é acionada como uma voz questionadora da eficiência das ações do poder público em denúncias feitas a partir de visitas regulares às escolas. Divulgadas através de comunicados de imprensa, essas “inspeções” passam a fazer parte da agenda jornalística de cobertura da matrícula e as ações e denúncias da Comissão começam a ganhar destaque em títulos de peças dos dois jornais: *Comissão duvida que escolas públicas atendam a demanda* (*OP*, 06/01/1999), *Escolas estaduais são acusadas de negar matrícula a alunos* (*OP*, 26/02/1999), *Promotores cobrarão resultados da matrícula única* (*DN*, 04/02/1999), *Relatório analisa falhas na matrícula única* (*DN*, 05/03/1999).

Segundo Traquina (2004: 119), os contatos entre fontes e jornalistas podem influenciar a percepção do jornalista quanto ao valor notícia de assuntos e acontecimentos. Ou seja, os jornalistas baseiam-se no esquema de interpretação das fontes para definir e construir a notícia. Neste sentido, podemos afirmar que ao produzir subsídios de informação regulares (como releases, relatórios sobre a matrícula e visitas às escolas), a Comissão utilizou com êxito estratégias comuns ao poder público para se aproximar dos media.

Façamos agora um panorama geral da presença da sociedade civil na cobertura sobre educação em 1999. A SCO é citada ou ouvida em mais de metade, 54,9%, das 51 peças publicadas pelos dois jornais, num total de 28 itens. Em 7 destes (13,7%) - 3 no *O Povo* e 4 no *DN* - tem uma presença mínima, sendo somente *citada*. Os dois jornais também apresentam números semelhantes quando utilizam a sociedade civil como *parte importante* no texto, com 4 peças no *O Povo* e 6 no *Diário*. Mas quando o texto tem a sociedade civil organizada e/ou seus posicionamentos como *foco central*, *O Povo* aparece com quase o dobro de itens (7) do que o *DN* (4). Por outro lado, a sociedade civil está ausente em mais peças no *O Povo* (13) do que no *Diário* (9).

### Educação 1999 Presença da Sociedade Civil



Selecionamos um último aspecto para analisarmos a influência da sociedade civil organizada na cobertura jornalística sobre educação escolar pública em Fortaleza. Queremos perceber de que forma a questão da escola perto de casa, uma das bandeiras de luta da Comissão de Defesa do Direito à Educação em 1999, é agendada pelos dois jornais e quais são os enquadramentos que estes propõem para o tema.

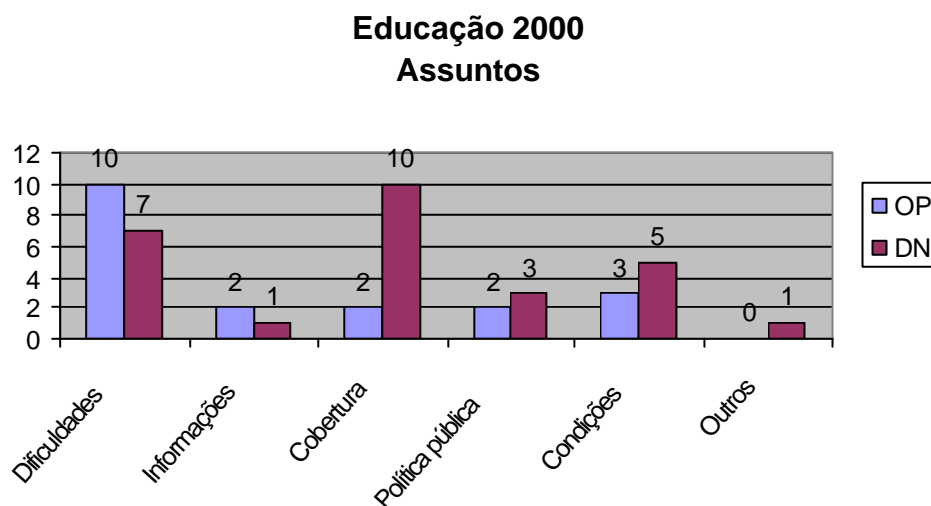
No seu discurso, os representantes do poder público procuravam enfatizar o número de vagas disponíveis para novatos na rede de ensino, em torno de 80 mil, que seriam suficientes para atender à procura. A questão da escola perto de casa é silenciada pelas fontes oficiais ou colocada como secundária. Por outro lado, as fontes da sociedade civil procuravam chamar a atenção para a má distribuição geográfica das escolas - o que dificulta o acesso de muitas crianças e adolescentes à educação porque os seus pais não têm condições de arcar com o custo dos deslocamentos -, cobrando do poder público o dever de proporcionar escola perto de casa ou de garantir o transporte gratuito.

As dificuldades de acesso dos alunos à escola por estudarem longe de casa foram abordadas em 8 peças em cada um dos dois jornais analisados. Além da sociedade civil organizada, as vozes de pais e alunos são acionadas emprestando *relevância* à questão. Segundo Traquina (2004: 117), este valor-notícia refere-se à necessidade do jornalista demonstrar que o acontecimento tem significado para as pessoas. Além da referência nas notícias, a questão também foi abordada em editoriais nos dois jornais, o que comprova a atenção dada ao problema.

### Educação 2000: as diferenças de enquadramento

O que mudou em 2000 na cobertura sobre educação escolar pública de crianças e adolescentes em relação a 1999? À primeira vista, constatamos um ligeiro decréscimo no número de itens publicados, de 51 para 46. Isto deve-se, principalmente, à queda acentuada de registros no *O Povo*, de 28 para 19, o valor mais baixo do jornal nos três anos analisados. O *Diário do Nordeste*, ao contrário, atinge o seu valor mais alto com 27 peças.

A *dificuldade de acesso* continua a ser o assunto mais abordado com 17 itens (36,9%), 10 no *O Povo* e 7 no *DN*, mas com expressão quantitativa bastante menor do que no ano anterior. A matrícula única realiza-se pelo terceiro ano consecutivo e os poderes públicos municipais e estaduais encontraram mecanismos para diminuir as filas e problemas.



Neste sentido, o tema *cobertura da matrícula e início das aulas*, com 12 peças (26,08%), assim como em 1999 o segundo mais abordado, já não evidencia tanto as dificuldades de acesso à escola quanto no ano anterior. Especialmente no *Diário do Nordeste*, que destaca em dois títulos: *Primeiro dia de matrícula acontece com tranquilidade*





(DN, 12/01/2000) e *Processo de matrícula acaba com tumulto das grandes filas* (DN, 13/01/2000).

É justamente neste tema onde se verifica uma maior queda de itens publicados pelo *O Povo*, de 7 em 1999 para apenas 2. O jornal não destacou em nenhum título ou peça a aparente normalidade do processo de matrícula, preferindo adotar como critério de noticiabilidade a *falha*, um registo do valor-notícia *notabilidade*. Segundo Traquina (2004: 112), “procede por defeito, por insuficiência normal e regular”. Neste sentido, o jornal realça na sua cobertura rotineira sobre a matrícula o título *Comissão constata falhas no processo de matrícula* (OP, 13/01/2000). É interessante observarmos que os dois jornais consideraram nos textos referidos acima a sociedade civil organizada como voz questionadora do discurso do poder público. A diferença é que *O Povo* escolhe o discurso da primeira para destacar em título, enquadrando o texto a partir da sua perspectiva, enquanto o *DN* opta por realçar a informação a partir do ponto de vista das fontes oficiais.

Em 2000, observamos também um crescimento notório da questão *condições de ensino*, com 8 itens (3 no *O Povo* e 5 no *DN*), representando 17,39% do total. No ano anterior o tema é encontrado apenas uma vez. Podemos inferir que a maior *relevância*<sup>5</sup> do assunto *dificuldade de acesso*, bastante visível em 1999, ofuscou a noticiabilidade de problemas como estrutura física deficiente das escolas ou escassez de merenda escolar, questões agora presentes nas peças em 2000. Também podemos afirmar que a sociedade civil organizada tem papel importante no agendamento do assunto, sendo fonte de informação em metade das 8 peças publicadas referentes a *condições de ensino*.

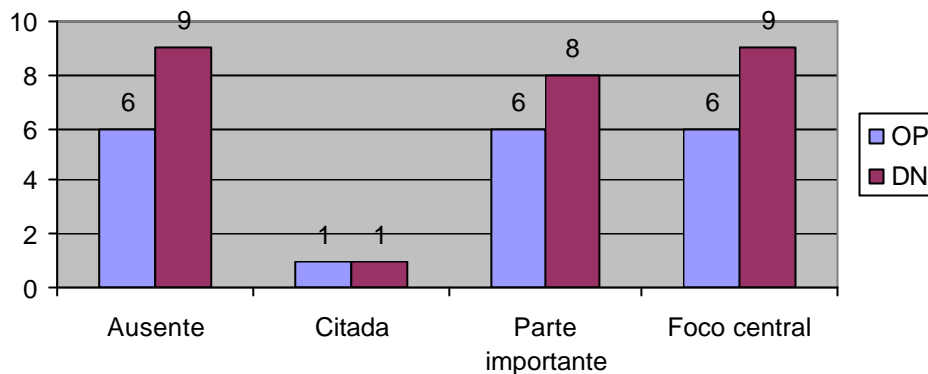
Detenhamo-nos agora mais detalhadamente na análise da influência dos movimentos de defesa da infância na cobertura de 2000. Na absoluta maioria das peças, 67,39%, a sociedade civil organizada é citada ou ouvida. Além de sua forte presença em termos quantitativos podemos destacar também a sua influência no enquadramento das temáticas abordadas, já que um total de 15 itens, 32,6%, tem como foco central as suas ações ou pontos de vista. Em outras 14 peças, 30,43%, as entidades da sociedade civil aparecem como parte importante do texto e em 2 são citadas. Em todos os índices acima, *O Povo* e *Diário do Nordeste* apresentam resultados semelhantes proporcionalmente ao número total de itens publicados por cada um. A partir desses dados, podemos concluir que a presença da sociedade civil organizada na cobertura sobre educação escolar pública em 2000 é ainda mais acentuada do que em 1999, quando 54,90% dos itens faziam referência à mesma.

---

<sup>5</sup> O valor notícia *relevância*, segundo Traquina (2004:109), responde à preocupação de informar o público dos acontecimentos que são importantes porque têm um impacto sobre a vida das pessoas.



### Educação 2000 Presença da Sociedade Civil



Uma análise mais detalhada, no entanto, aponta diferenças significativas de enquadramento entre os veículos, como já referimos anteriormente. Primeiramente, destacamos a presença significativa da SC em títulos<sup>6</sup> no *O Povo*, com 9 que abordam denúncias das entidades e outros 4 itens com referência direta a estas, totalizando 68,42% das peças publicadas pelo jornal. Nestes títulos, a Comissão e o Cedeca aparecem como protagonistas de ações que os legitimam como fiscalizadores do processo de matrícula: *Comissão vai acompanhar matrículas (OP, 11/01/2000)*, *Comissão constata falhas no processo de matrícula (OP, 13/01/2000)*, *Comissão avalia que faltam vagas nas escolas públicas (OP, 14/01/2000)*, *Cedeca identifica crianças sem matrícula (02/05/2000)*.

Por outro lado, o poder público está praticamente ausente dos títulos do *O Povo*, com apenas uma referência direta: *Estado inicia repasse de verbas para creches (08/02/2000)*. No *Diário do Nordeste* identificamos 7 títulos que abordam denúncias da sociedade civil organizada e apenas 2 que fazem referência direta, totalizando 33,3%: *Cedeca não está otimista com resultado da matrícula (DN, 27/01/2000)* e *Cedeca cadastra crianças fora da escola no Jardim União (DN, 03/04/2000)*. Um pouco menos de metade do *O Povo*. O poder público é referido pelo *DN* em três títulos: *Seduc diz que 293 crianças estão sem matrículas (DN, 14/01/2000)*, *Prefeitura criará turno de aula intermediário (DN, 18/01/2000)* e *Seduc considera um sucesso novo sistema de matrícula (DN, 12/02/2000)*.

Por último, detenhamo-nos nos editoriais publicados pelos dois jornais logo no início do período de matrícula. Os textos opinativos parecem anunciar o enquadramento prioritário que cada jornal dará à cobertura sobre o tema. Com o título *Escola longe de casa (13/01/2000)*, *O Povo* destaca ações e denúncias da sociedade civil. Apesar de reconhecer

<sup>6</sup> Destacamos que para efeito desta análise foi considerado somente o título principal de cada peça.

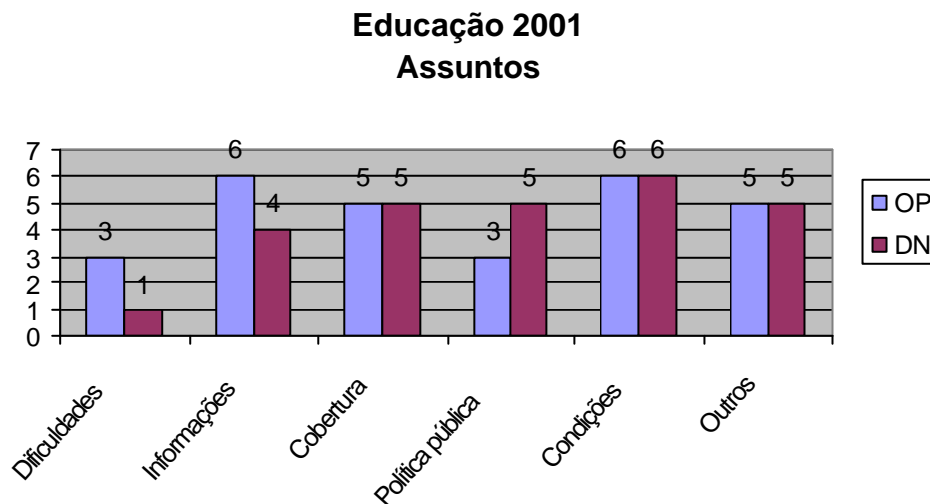
avanços na organização do processo de matrícula, a peça identifica falhas apontadas pela sociedade civil organizada.

No editorial *Matrícula racionalizada (08/01/2000)*, o *Diário do Nordeste* afirma que a rede pública de educação “enfim está trocando a improvisação pelo planejamento” e destaca o esforço do poder público para solucionar o problema da falta de vagas e das longas filas para matrícula. A sociedade civil não é citada.

### Educação 2001 – E as condições de ensino?

No último ano da nossa análise, chama a atenção a inversão de posição entre os dois veículos quanto ao número de peças publicadas. O jornal *O Povo* salta das 19 registradas em 2000 para 28, a mesma quantidade que publicou em 1999. Já o *Diário do Nordeste* cai dos 27 itens do ano anterior para 22, a sua menor incidência no período em estudo.

Uma análise dos temas abordados em 2001 ajuda a esclarecer as razões da mudança. À primeira vista constatamos uma queda acentuada do assunto *difficuldade de acesso*, com 4 peças, 8%. Em 2000, o tópico alcançou 36,9% e em 1999 chegou a 49%. A contínua melhoria na organização do processo de matrícula pelos poderes públicos é o principal fator para esta transformação. No entanto percebemos que, ao contrário do ano anterior, agora é *O Povo* que publica mais peças sobre o tema<sup>7</sup> (3), enquanto o *Diário do Nordeste* veicula apenas uma.



No assunto *informações sobre a matrícula e início das aulas*, encontramos o maior número de peças publicadas nos três anos analisados, 10 (20%). O que significa, por um lado, estratégias de divulgação mais eficientes do poder público estadual e municipal, já que

<sup>7</sup> Em 1999, *O Povo* tratou do tema em 14 peças e o *Diário do Nordeste* em 11. Em 2000, o tema foi abordado em 10 itens pelo *O Povo* e 7 pelo *DN*.

os textos trazem basicamente informações úteis para os pais sobre o processo de matrícula e início das aulas disponibilizadas pelas fontes oficiais.

Por outro lado, *O Povo* tem mais registros nesse tópico (6) que o *Diário do Nordeste* (4) porque publicou declarações dos poderes públicos sobre o atraso no início das aulas provocado pela falta de professores. O jornal parte da *falha e escassez*, registros do valor notícia *notabilidade*, para abordar a questão, destacando em chapéus (pequena chamada acima do título) as expressões: “Falta de professores” (OP, 27/01/2001) e “Carência de professores” (29/01/2001).

O tema *cobertura da matrícula e do início das aulas*, no ano anterior abordado em apenas duas peças por *O Povo* (como vimos na análise de 2000, o jornal optou por não noticiar a aparente normalidade do processo), é tratado em 5 itens este ano. Tomando novamente como registo a *falha*, em quatro dessas peças o jornal noticia o atraso no início das aulas. A demora é enfatizada em títulos por meio do advérbio “novo” e da expressão “após quatro adiamentos”. Além disso, por meio do verbo “podem”, *O Povo* também anuncia a dúvida, em relação ao início do ano escolar: *Novo atraso na volta às aulas* (OP, 15/03/2001) e *Aulas da rede municipal podem começar hoje após quatro adiamentos* (OP, 09/04/2001). Com igual quantidade de itens sobre o tema (5), o *Diário do Nordeste* não enfatiza o atraso do início das aulas, optando por dar destaque em título ao discurso de fontes oficiais do poder público, como na peça *Aulas começam na rede fundamental do Estado* (DN, 29/01/2001).

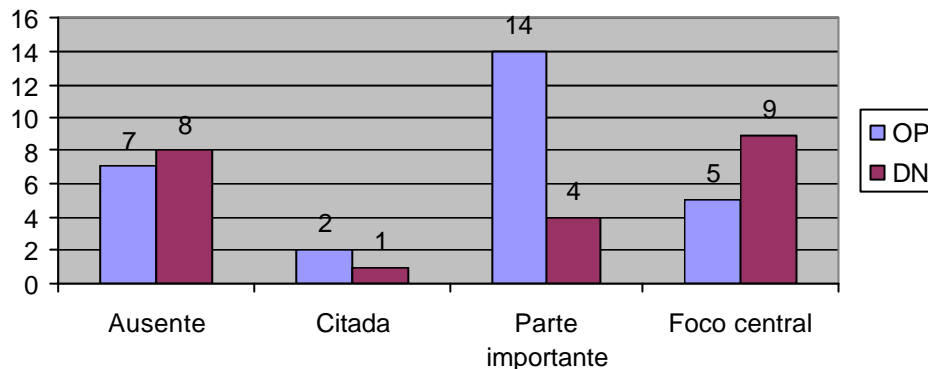
Essa diversidade nos critérios de construção da notícia pelos dois jornais pode ser verificada em diversos exemplos. Em alguns momentos as diferenças demonstram percepções conflitantes ou até opostas, como nos títulos a seguir publicados pelos veículos no mesmo dia: *Filas e demoras marcam primeiro dia de matrícula* (OP, 04/01/2001) e *Tranquilidade no 1º dia da matrícula única* (DN, 04/01/2001).

Numa tendência já verificada no ano anterior, o número de peças classificadas no assunto *condições de ensino* cresceu de 8 em 2000 para 12 em 2001. O *Diário do Nordeste* aumentou de 5 para 6 itens publicados, enquanto *O Povo* dobrou, tendo saltado de 3 para 6 peças, a maioria destas, como veremos, motivadas por denúncias da sociedade civil.

Mas o maior crescimento no número de peças publicadas pelo *O Povo* foi observado em “outros temas”, que saltou de zero para 5 peças. O *Diário do Nordeste* permanece com apenas um item nesta classificação temática. O aumento aconteceu devido a atenção que *OP* concedeu aos sindicatos de professores e à sua luta por concurso público para novos docentes, questão pouco abordada na cobertura do *DN*.

Quanto à presença dos movimentos de defesa dos direitos da infância na cobertura sobre educação escolar pública em 2001, constatamos que os mesmos são referidos ou são fontes de informação em 35 peças (70%), percentual ligeiramente superior a 2000, com 67,39%. A sociedade civil organizada é citada em 3 peças, é parte importante em 18 e é foco central em 14. Em 15 itens está ausente. Além disso, a SC tem novamente incidência semelhante como voz ativa nas notícias em relação ao poder público. A primeira é fonte de informação em 30 itens (11 no *DN* e 19 no *OP*) enquanto o segundo aparece como fonte em 31 registros (20 no *O Povo* e 11 no *DN*).

### Educação 2001 Presença da Sociedade Civil



Chamamos a atenção para a influência da Comissão no crescimento do número de peças sobre o assunto *condições de ensino*, que saltou, como já referimos, de uma peça em 1999, para 8 em 2000 e 12 em 2001. A sociedade civil organizada aparece como *parte importante* ou *foco central* em 9 destas 12 peças. Isto aconteceu porque neste último ano da nossa análise, a referida Comissão passou a elaborar relatórios mais detalhados a partir das visitas às escolas. Além da falta de vagas, são destacados problemas como escassez de merenda escolar, deficiência de estrutura física das escolas e carência de professores. O documento foi entregue a autoridades educacionais do Estado e Município, ao Conselho de Educação do Ceará e foi um ponto de partida para que os advogados do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará elaborassem ações na Justiça e representações no Ministério Público exigindo melhorias para a educação pública. Todos estes acontecimentos, divulgados por meio de comunicados de imprensa, tornaram os problemas visíveis, remetendo ao valor notícia da *notabilidade*.

“Como escreveu Walter Lippmann, tem que acontecer qualquer coisa de específico que tem uma forma evidente, tem que haver qualquer aspecto manifesto. Assim,



Lippmann explica que uma greve operária pode ser facilmente agarrada como notícia porque é tangível, enquanto as condições de trabalho dos trabalhadores, por exemplo, a monotonia do trabalho, a raiva do contramestre, dificilmente serão notícia porque são pouco tangíveis” (Traquina, 2004: 110).

Neste sentido, as dificuldades quotidianas das escolas públicas dificilmente responderiam aos critérios de noticiabilidade dos jornais, mas as visitas da Comissão e a entrega do relatório às autoridades tornaram-se frequentemente notícia e promoveram o agendamento do problema. O *Diário do Nordeste* dedicou 5 peças à questão com referência direta nos títulos à sociedade civil organizada.

A Comissão também possibilitou a inclusão de uma questão até então praticamente ausente da cobertura jornalística: as escolas anexas<sup>8</sup>. Por meio das visitas ficou constatado que os maiores problemas de infra-estrutura dos prédios escolares estão localizados em anexos. O tema ganhou destaque em dois títulos no *O Povo* e em um no *Diário: Comissão de olho nas escolas anexas (OP, 24/03/2001)*, *Escolas anexas podem fechar (OP, 11/04/2001)* e *Comissão entrega relatório dos anexos ao Conselho de Educação (DN, 11/04/2001)*.

### **Conclusões**

Podemos afirmar que houve uma disputa entre movimentos de defesa da infância e poder público executivo pelo enquadramento das questões relativas ao acesso e permanência na escola pública. Atuando em rede (no caso, a Comissão de Defesa do Direito à Educação), os movimentos transformaram-se numa voz de contraponto à fala oficial das autoridades da área educacional, com presença cada vez mais acentuada nos media.

Em 1999, a grande visibilidade dos problemas da matrícula escolar, como filas extensas e falta de vagas, abre espaço para críticas ao poder público. Os ativistas aproveitaram a oportunidade para se integrarem nas rotinas de produção das notícias, organizando periodicamente visitas às escolas, divulgadas através de *releases*. Estas inspeções passaram a ser acompanhadas regularmente pelos jornalistas, que tinham ao seu dispor não somente imagens e personagens<sup>9</sup>, mas ainda fontes credíveis como sindicalistas, advogados e professores representantes de instituições da sociedade civil que atuavam na Comissão, além de promotores do Ministério Público e vereadores eleitos que também participavam da referida articulação.

---

<sup>8</sup> Prédios alugados para funcionarem como escolas anexas às escolas patrimoniais com vagas esgotadas.

<sup>9</sup> Referimo-nos aqui especialmente aos pais e alunos. Acionados a partir do valor notícia personalização, estes tornaram-se personagens de histórias que tinham em vista uma aproximação ao público.

Toda esta mobilização colocou a sociedade civil em evidência no discurso noticioso, tendo sido citada ou ouvida em 54,9% das peças publicadas em 1999. Além disso, teve uma participação bastante significativa como fonte de informação em 41,1% das peças, não muito distante do poder público executivo, ouvido em 60,7% dos itens.

Em 2000, esta presença dos movimentos de defesa da infância no discurso noticioso dos dois jornais ficou ainda mais acentuada, ultrapassando o poder público executivo na frequência como fonte de informação. Enquanto a primeira é ouvida em 60,8% dos registos, a voz do segundo aparece em 52,1%. Destacamos também a presença da sociedade civil organizada em 67,3% das peças (aqui contamos não só os itens em que é fonte de informação, mas também aqueles que somente fazem referência à mesma).

Neste ano podemos perceber com mais evidência as diferenças de enquadramento entre *O Povo* e *Diário do Nordeste* que se verificam ao longo de todo o período analisado. Os dados numéricos entre os dois jornais são de uma forma geral semelhantes, mas uma análise mais apurada mostra um tratamento diferenciado em relação à sociedade civil organizada. Enquanto *O Povo* privilegia abordagens a partir da perspectiva dos movimentos de defesa da infância, o *Diário do Nordeste* prefere dar maior visibilidade às fontes oficiais. Neste sentido, em 2000, 68,42% dos títulos do *O Povo* fazem referência direta à sociedade civil ou a denúncias feitas por esta. Este número cai para 33,3% no *Diário do Nordeste*. Estas diferenças explicam-se em grande parte pelo perfil dos jornais. O primeiro é considerado um jornal formador de opinião, com forte inserção junto da intelectualidade cearense, o segundo é um veículo com maior tiragem, pertencente a um grande grupo econômico.

Por último, destacamos a capacidade da sociedade civil de incluir novos temas na agenda mediática. O assunto *condições de ensino*, por exemplo, praticamente ausente da cobertura em 1999, quando se registou apenas uma peça, cresce para 8 itens em 2000 e para 12 em 2001. Como os problemas das filas e falta de vagas constatados nas visitas da Comissão em 1999 são em parte resolvidos devido a uma melhor organização da matrícula, as entidades da sociedade civil passaram a promover a visibilidade de outras questões. As “inspeções” geraram então relatórios detalhados que tratavam de problemas como escassez de merenda escolar, deficiência de estrutura física das escolas e carência de professores. Divulgados como subsídios de informação aos media, os documentos deram também origem a eventos com forte valor noticioso. Estas mobilizações promoveram a presença da sociedade civil (como referência ou fonte de informação) em 70% das peças publicadas em 2001.

Podemos afirmar que, segundo os dados apresentados, os movimentos de defesa da infância conseguiram posicionar-se como fontes de informação credíveis sobre educação



escolar pública, influenciando significativamente o agendamento e enquadramento das temáticas na imprensa cearense. Apontamos alguns fatores que tornaram isso possível:

1. A articulação em rede (Comissão de Defesa do Direito à Educação) reúne actores sociais de diversas entidades e permite a atuação ao lado de fontes com credibilidade já reconhecida pelos media, como promotores do Ministério Público e parlamentares.
2. O planejamento de ações que atendam aos critérios de noticiabilidade dos jornais e que inserem-se nas rotinas de produção das notícias, como as inspeções às escolas.
3. A profissionalização da gestão da relação com os media, a partir da contratação de assessores de imprensa que produzem regularmente subsídios de informação.
4. As lideranças dos movimentos são fontes com capital cultural, como advogados e professores, profissionais com estatuto social para falar dos tópicos em questão.
5. As posições dos movimentos da infância sobre educação encontram apoio social e, conseqüentemente, atraem mais atenção mediática do que os seus discursos sobre outras questões como, por exemplo, a violência praticada por crianças e adolescentes.

Podemos afirmar que a abordagem mediática dos movimentos sociais varia de acordo com a diversidade destes e das questões por eles colocadas, além de sofrer variações a partir dos tipos de media e de suas diferentes orientações editoriais. Por essas razões, afirmamos que a relação media-movimentos sociais é um tema de investigação que merece ser retomado para uma melhor compreensão de como as questões sociais colocadas por grupos da sociedade civil alcançam o discurso noticioso, podendo assim, conseqüentemente, aumentar as suas possibilidades de virem a ser incluídas nas agendas pública e política.

### **Referências bibliográficas**

**CHAPARRO, Manuel Carlos.** Cem Anos de Assessoria de Imprensa, in Duarte, Jorge (org). **Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia.** São Paulo: Atlas, 2003.

**HALLIN, Daniel.** **The American News Media: a critical theory perspective,** in Critical Theory and Public Life, ed. John Forester, Cambridge: The MIT Press, 1985.

**MANNING, Paul.** **News and News Sources.** Londres: Pluto Press, 2001.

**PENEDO, Cristina Carmona.** **O Crime nos Media.** Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

**SANTOS, Rogério.** **Jornalistas e Fontes de Informação.** Coimbra: Minerva, 2003.

**TRAQUINA, Nelson.** **A Tribo Jornalística.** Lisboa: Notícias Editorial, 2004.